

Direito à felicidade

José Veríssimo Neto*

Sob a influência das ondas iluministas e do jus-naturalismo racionalista, surgiu o constitucionalismo na modernidade, resultando, inicialmente, no aparecimento das Constituições Americana (1787) e Francesa (1791). As Constituições Liberais consagram o Princípio da Separação dos Poderes, os direitos individuais e a preeminência da lei, a qual era reconhecida como a protetora das liberdades. A consagração dos direitos sociais apareceu posteriormente, inicialmente, na Constituição Federal do México de 1917, assim como na Lei Fundamental Soviética de 1918, que funcionalizou os direitos fundamentais, e na Constituição de Weimar de 1919, que teve maior repercussão universal.

Segundo Norberto Bobbio¹

[...] os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, vale dizer, nascidos em certas circunstâncias, caracterizados por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas.

Bobbio realça que os direitos individuais (negativos) são liberdades e os direitos sociais (positivos) são poderes. A nossa Constituição Federal de 1988 catalogou em seu art. 6º os direitos sociais, um verdadeiro *piso mínimo normativo*, sem o qual a dignidade da pessoa humana não será efetivada. A dignidade da pessoa humana apenas estará assegurada quando for possível uma existência que permita a plena fruição dos direitos fundamentais.

Recentemente, a Organização das Nações Unidas aprovou resolução que reconhece a busca da felicidade como um objetivo humano fundamental. Os ventos de lá sopraram na Praça dos Três Poderes em Brasília. Há, mais de um ano, o Senador Cristovam Buarque foi o autor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que altera o art. 6º da Constituição Federal que trata dos direitos sociais. A proposta de emenda não é um trem da alegria, mas é a PEC da felicidade. No programa

de televisão *Mais Você* da Rede Globo, exibido no dia 03/08/2011, foi informado que projeto no Senado quer transformar felicidade em direito social. Não é bem assim, e isso foi o móvel para escrever este artigo.

Atualmente, a felicidade está elevada ao grau constitucional em diversos ordenamentos jurídicos. O preâmbulo da Carta Francesa de 1958 consagra a adesão do povo francês aos direitos humanos, o qual inclui a felicidade geral. O art. 13 da Constituição do Japão e o art. 10 da Carta da Coreia do Sul: o primeiro determina que todas as pessoas têm direito à busca pela felicidade, desde que isso não interfira no bem-estar público, devendo o Estado, por leis e atos administrativos, empenhar-se na garantia às condições por atingir a felicidade; o segundo estatui que todos têm direito a alcançar a felicidade, atrelando ao dever do Estado em confirmar e assegurar os direitos humanos dos indivíduos.

A alteração substancial no *piso mínimo normativo* está na expressão “São direitos sociais, essenciais à busca da felicidade, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (*grifo nosso*). Cumpre salientar que a PEC não busca autorizar uma pessoa a requerer do Estado ou de um particular uma providência egoística a pretexto de atender a sua felicidade. Este tipo de patologia não é alcançado pela PEC, e sim, a inclusão da felicidade (bem-estar) como objetivo do Estado e direito de todos.

Mas, afinal, é possível definir objetivamente a felicidade? Os critérios objetivos da felicidade podem no contexto constitucional ser entendidos como a inviolabilidade dos direitos de liberdade negativa, tais como aqueles previstos no art. 5º, além daqueles relacionados no art. 6º, os direitos sociais? Não há dúvida de que o encontro dessas duas espécies de direitos – os de liberdade negativa e os de liberdade positiva – redundam no objetivo da PEC da felicidade. Esses direitos são os meios de alcançar o *bem-estar*.

No universo do nosso saber, o que os direitos sociais proporcionam aos cidadãos é o bem-estar. O que distingue a felicidade do bem-estar é o fator tempo e a subjetividade. A felicidade é um estado passageiro de ânimo, enquanto o bem-estar é um estado duradouro de fruição dos direitos sociais. Caetano Veloso é interprete de uma música que retrata bem a

* Mestre em Direito pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo – Unisal. Pós-graduado em Direito Constitucional, Processo Civil e do Trabalho pela Faculdade de Direito do Sul de Minas. Graduado em Administração Legislativa pela Universidade do Sul de Santa Catarina. Graduando em Administração Pública na Universidade Federal de Lavras.

¹ BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro. Campus, 1992, p. 5.

temporalidade da felicidade. Na música composta por Lupicinio Rodrigues, ele diz “felicidade foi-se embora e a saudade no peito ainda mora”.

As pessoas são felizes nas mais adversas situações. Pessoas com maior grau de renda se dizem mais felizes, ao mesmo tempo, aquele que tem uma pequena renda fixa se diz suficientemente feliz. O filme *Em busca da felicidade* retrata esta diversidade. Chris Gardner, interpretado pelo ator Will Smith, quer muito um emprego fixo de corretor onde ele possa ganhar melhor e sustentar seu filho. A felicidade está nas pequenas coisas. O que importa é o valor e a qualidade que se dá às coisas, ou, melhor dizendo, o valor das coisas não está no valor das coisas.

Percebe-se que a felicidade é dominada pela subjetividade. Já o bem-estar é permeado de objetividade, por exemplo, a falta de segurança pública não traz bem-estar para mim nem para você. Além do mais, a felicidade não se impõe, ela pertence à ordem do afeto, o que impede transportá-la para o mundo do direito. Segundo o Senador Cristovam Buarque, a mudança vai forçar o Estado a garantir condições mínimas de vida aos cidadãos. Com o devido respeito ao senador da República, a felicidade, assim como o amor, não se impõe por decreto, lei ou por sentença, ao contrário do bem-estar, que tem como instrumentos os direitos sociais e que pode e deve ser imposto, até mesmo judicialmente.

A PEC, mesmo após a Emenda 1, da Comissão de Constituição e Justiça, altera o art. 6º para direcionar os

direitos sociais à realização da felicidade individual e coletiva.

O parlamentar Cristovam Buarque justifica a sua proposta afirmando que a busca individual pela felicidade pressupõe a observância da felicidade coletiva e esta se concretiza quando são adequadamente concretizados os direitos sociais. Isso é um ledor engano, pois não há felicidade coletiva, e sim bem-estar coletivo. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. A felicidade é um sentimento individual tão efêmero como variável, a depender dos valores de cada pessoa. Quem definiu muito bem a felicidade foi Abraham Lincoln, para quem felicidade é uma decisão. Se uma pessoa decide ser feliz nada nem ninguém pode impedi-la. Nem mesmo o Estado garante ao outro o direito de ser feliz ou de buscar a felicidade. Só você garante a você mesmo essa possibilidade, o que demonstra ser um estado personalíssimo.

Em tudo e por tudo, a PEC é uma iniciativa válida e merece aplauso por parte do Senador Cristovam Buarque, mas está equivocada na sua redação. Andará bem o Congresso Nacional na mudança da palavra felicidade por bem-estar. Os direitos sociais são condições para o bem-estar. Sua concretização pode impedir uma pessoa de ser infeliz, mas não constitui, de forma alguma, dado essencial para ser feliz.